



WESTERN ASSET
MANAGEMENT COMPANY
 DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
 E VALORES MOBILIÁRIOS LIMITADA

CNPJ 07.437.241/0001-41
 WWW.WESTERNASSET.COM.BR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos nossos clientes: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Western Asset Management Company Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Limitada, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Circulante	47.833	85.125
Caixa e equivalente de caixa	5.678	13.179
Disponibilidades	92	99
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	5.586	13.080
Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	31.201	59.248
Letras do Tesouro Nacional	25.638	51.377
Letras Financeiras do Tesouro	5.563	7.871
Outros créditos (Nota 5)	10.181	12.004
Contas a receber	8.877	7.609
Impostos a compensar	1.304	4.395
Outros valores e bens	773	706
Não Circulante	55.611	38.201
Realizável a longo prazo	51.800	36.323
Outros créditos (Nota 5)	51.800	36.323
Crédito tributário	12.092	4.240
Impostos a compensar	6.001	941
Depósito em garantia - Outros	33.707	31.142
Permanente	3.811	1.878
Investimentos	271	271
Outros investimentos	271	271
Imobilizado de uso (Nota 6)	3.540	1.605
Outros imobilizados de uso	20.607	17.774
Depreciações acumuladas	(17.067)	(16.169)
Intangíveis (Nota 7)	—	2
Outros intangíveis	1.195	1.195
Amortizações acumuladas	(1.195)	(1.193)
Total do ativo	103.444	123.326

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros legal	Reservas de lucros outras	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	69.850	143	9.174	49.986	—	129.153
Lucro líquido do exercício	—	—	—	5.551	5.551	—
Constituição de reservas	—	—	310	5.241	(30.000)	(30.000)
Distribuição de dividendos (nota 10)	—	—	—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2023	69.850	143	9.484	25.227	—	104.704
Distribuição de dividendos (nota 10)	—	—	—	(10.000)	—	(10.000)
Prejuízo do exercício	—	—	—	(10.399)	(10.399)	—
Absorção de prejuízo	—	—	—	(10.399)	10.399	—
Em 31 de dezembro de 2024	69.850	143	9.484	4.828	—	84.305
Em 30 de junho de 2024	69.850	143	9.484	10.092	—	89.569
Prejuízo líquido do semestre	—	—	—	(5.264)	(5.264)	—
Absorção de prejuízo	—	—	—	(5.264)	5.264	—
Em 31 de dezembro de 2024	69.850	143	9.484	4.828	—	84.305

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2024

1 Contexto operacional: A Western Asset Management Limiteda ("Western Asset" ou "Instituição") é uma sociedade limitada e tem por objetivo o exercício da atividade de administração de carteira de títulos e valores e de fundos de investimento, com prazo indeterminado de duração, e está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. Suas operações tiveram início em 1º de dezembro de 2005. Em 16 de julho de 2008, a Instituição recebeu a autorização do Banco Central do Brasil para funcionamento como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Em decorrência dessa aprovação foi alterada a razão social para Western Asset Management Company Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Limitada. As demonstrações financeiras foram aprovadas em 12 de março de 2025 pela Administração da Instituição.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 e associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes como imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e valorização de instrumentos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Para imposto de renda e contribuição social diferidos, a Instituição entende que os ativos fiscais diferidos são recuperáveis considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos da Instituição (nota 11 b). Para as contingências, a Instituição mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas provisões fiscais adotadas, cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Instituição, como mudança de jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais, os efeitos estão apresentados nas notas explicativas nº 9. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo CMN. CPC01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 4.924/21; CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.818/20; CPC 04 (R1) - Ativos intangíveis - Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/20; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.924/21; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 4.818/20; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.335/16; CPC 00 (R2) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.924/21; CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.877/20; CPC 4 - Resultado por ação - Resolução CMN nº 4.818/20; CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN nº 4.924/21; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - Resolução CMN nº 4.924/21. Para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram considerados todos os CPCs citados anteriormente. **(a) apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, índices e taxas oficiais sobre ativos e passivos. As receitas de prestação de serviços são substancialmente compostas por (i) taxas de administração e gestão, as quais são apuradas com base em percentual sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos administrados e reconhecidas conforme a prestação dos respectivos serviços e (ii) *performance fee*, reconhecidas contabilmente quando o retorno dos ativos sob gestão em um determinado período preestabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassam certos referenciais de retorno (benchmark) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração podem ser semestrais ou anuais. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo de Caixa e equivalentes de caixa corresponde ao saldo das rubricas de Disponibilidade e Aplicações interfinanceiras de liquidez. **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Aplicações interfinanceiras de liquidez são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. **(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Os títulos e valores mobiliários são classificados quando de sua aquisição em três categorias, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no período. • Títulos e valores mobiliários não negociados - são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Outros Resultados Abrangentes". Os ganhos e perdas realizados e as perdas identificadas como permanentes são reconhecidos no resultado do período, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido. • Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. As operações de derivativos são ajustadas a valor de mercado diariamente, e os ajustes decorrentes da marcação são contabilizados nas rubricas de contas a receber e de contas a pagar, em contrapartida ao resultado do período. **(e) Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo. Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nota 4a). Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente, como preço, ou indiretamente, como derivados dos preços. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Instituição não possuía instrumentos financeiros classificados nesse nível. Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Instituição não possuía instrumentos financeiros classificados nesse nível. **(f) Outros ativos:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidas e ajustados ao valor de realização, quando aplicável. **(g) Imobilizado:** Estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. **(h) Intangível:** O intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. **(i) Passivo circulante:** Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. **(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, e base negativa de contribuição social sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na sua compensação, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **(k) Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.823/09, obedecendo aos seguintes critérios: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente quando houver uma provável saída de recursos para a liquidação obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **(l) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** A Administração da Instituição avalia periodicamente potenciais evidências de *impairment* de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras. **(m) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:** A Resolução ECB nº 2, de 27 de novembro de 2023, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não ocorreram resultados não recorrentes a serem divulgados.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 13/03/2025 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/13/WESTERN1581281913032025.pdf Hash:17417922006460f23102ae44717df0a141a3a

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	19.134	18.613
Outras obrigações (Nota 8)	19.134	18.613
Não circulante	5	9
Outras obrigações de longo prazo (Nota 8)	5	9
Patrimônio líquido (Nota 10)	84.305	104.704
Capital social realizado de domiciliados no País	69.850	69.850
Reserva de capital	143	143
Reservas de lucros	14.312	34.711
Total do passivo e patrimônio líquido	103.444	123.326

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

3 Aplicações interfinanceiras de liquidez: (a) Composição da carteira: As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por:

	2024	2023
	Valor por vencimento	
	Custo corrigido	Custo corrigido
	Até 3 meses	Até 3 meses
Operações compromissadas - Letras do Tesouro Nacional (LTN)	—	13.080
Operações compromissadas - Notas do Tesouro Nacional (NTN)	5.586	5.586
	5.586	13.080

(b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	2024	2023
Operações compromissadas	1.711	2.186
	1.711	2.186

4 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: (a) Composição da carteira: Os títulos e valores mobiliários são compostos por títulos públicos federais e estão classificados como títulos para negociação. O valor justo dos títulos e valores mobiliários é baseado nos preços de mercado, cotados na data da demonstração financeira e portanto, classificam-se como Nível 1.

	2024	2023
	Valor segregado por vencimento	
	Custo	Valor de atualizado
	Até 3 meses	Até 3 a 12 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTNs)	25.594	25.638
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	5.534	5.563
	31.128	31.201
	25.638	633
	4.189	741
	7.871	59.248

O valor de mercado dos títulos públicos representa o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria para negociação são apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

(b) Resultado com títulos e valores mobiliários: e instrumentos financeiros derivativos:

	2024	2023
Letras do Tesouro Nacional	1.596	5.965
Letras Financeiras do Tesouro	2.944	2.157
Operações de futuros (f)	(29)	235
	4.512	8.357

(j) A Instituição realizou, no decorrer do exercício, operações de futuros para mitigar os riscos das variações do iene as quais está exposta, devido a possuir valores a receber de taxa de administração de fundos no Japão, cujo prazo médio de recebimento é de um mês. Tais instrumentos foram ajustados a mercado conforme informação proveniente da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e foram registrados no resultado no montante de R\$ 28 de prejuízo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 235 de lucro em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam operações com outros instrumentos financeiros derivativos em aberto.

5 Outros créditos:

	2024	2023
Contas a receber	8.877	7.609
Taxa de administração e <i>performance fee</i> de fundos	445	706
Taxa de gestão de fundos	4.888	3.390
Taxa de administração de carteiras	1.501	1.519
Contas a receber em iene	615	671
Adiantamentos	1.262	1.097
Taxa de distribuição de fundos	60	31
Outras contas a receber	109	195
Impostos a compensar	7.305	5.336
Circulante	1.304	4.395
Não circulante	6.001	941
Crédito tributário (Nota 11)	12.092	4.240
Depósito em garantia - Outros (a)	33.707	31.142
Circulante	10.181	12.004
Não circulante	51.800	36.323
Total outros créditos	61.981	48.327
(i) Refere-se, principalmente, ao valor depositado judicialmente sobre o processo de ISS e do ágio, vide detalhes na nota 9.		

6 Imobilizado:

	2024	2023
Descrição	Percentual a.a.	Custo
Móveis e utensílios	10	2.760
Equipamentos de áudio e vídeo	10	346
Equipamentos de segurança	10	22
Equipamentos de telecom	20	2.311
Computadores	20	9.350
Instalações	10	5.818
Imobilizado em andamento	—	—
	20.607	(17.067)
	3.540	1.605
Movimentação do Imobilizado		
Custo	Saldo em 31.12.2023	Adições
Móveis e utensílios	2.760	—
Equipamentos de áudio e vídeo	346	—
Equipamentos de segurança	22	—
Equipamentos de telecom	2.287	24
Computadores	6.561	2.789
Instalações	5.798	20
Imobilizado de andamento	—	—
	17.774	2.833
	20.607	—
Depreciação	Saldo em 31.12.2023	Adições
Móveis e utensílios	(2.494)	(89)
Equipamentos de áudio e vídeo	(252)	(31)
Equipamentos de segurança	(22)	—
Equipamentos de telecom	(1.890)	(119)
Computadores	(5.763)	(644)
Instalações	(5.748)	(15)
	(16.169)	(898)

7 Intangível:

	2024	2023
Descrição	Percentual a.a.	Custo
Outros ativos intangíveis - Software	20	1.195
	1.195	(1.195)

8 Outras obrigações:

	2024	2023
Salários e encargos a pagar	9.228	8.938
Contas a pagar	5.383	5.365
Contas a pagar longo prazo	4	9
Impostos a recolher sobre fornecedores	49	58
Impostos a pagar	4.475	3.352
	19.139	18.622
	19.134	18.613

9 Passivos contingentes: A Instituição tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis (e remota em relação à multa isolada aplicada ao processo (a), abaixo), com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2024
Tributárias	—
(a) Imposto de renda e CSLL - 2008, 2009 e 2010	55.830
(b) Imposto de renda e CSLL - 2011, 2012, 2013 e 2014	45.171
	2023
Tributárias	—
(a) Imposto de renda e CSLL - 2008, 2009 e 2010	53.777
(b) Imposto de renda e CSLL - 2011, 2012, 2013 e 2014	117.151

Tais ações referem-se ao indeferimento da dedução fiscal da amortização do ágio gerado pela aquisição das empresas de asset do Banco Citibank S.A. pelo grupo Legg Mason em dezembro de 2005. A Western Asset recebeu o auto de infração referente os exercícios de 2008, 2009 e 2010 em 10 de dezembro de 2013, referente ao exercício de 2011 em 16 de março de 2016 e referente aos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014 em 15 de dezembro de 2016, protocolando impugnação a todos os autos. Para o processo do auto de infração referente ao período de 2011 à 2014, muito embora esta decisão favorável em relação ao mérito na esfera administrativa, a Instituição decidiu realizar depósito judicial no primeiro semestre de 2021 cujo o valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 25.157 mil (R\$ 23.280 mil em 31 de dezembro de 2023), e discutir divergência de valores na esfera judicial (Nota 5). Em junho



**WESTERN ASSET
MANAGEMENT COMPANY**
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS LIMITADA

CNPJ 07.437.241/0001-41
WWW.WESTERNASSET.COM.BR

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais

16 Outras receitas e despesas operacionais: Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de Outras receitas e despesas operacionais são compostos basicamente por: despesa com consultoria prestada por empresas do grupo no valor de (R\$8.935) ((R\$ 7.538) em 31 de dezembro 2023), atualização de depósito judicial no valor de R\$ 2.415 (R\$ 3.632 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia reavaliou em 30 de junho de 2023 as perspectivas relacionadas à provisão de pagamento plano de benefício em ações constituída até então e decidiu por sua total reversão. **17 Partes relacionadas:** A remuneração paga aos membros da Administração da Instituição ou provisionada durante o exercício está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Benefícios de curto prazo	7.651	10.506
Benefícios de longo prazo	1.670	2.061
Benefícios pós-emprego	422	359
	<u>9.743</u>	<u>12.926</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Western Asset possuía valores a pagar referente à utilização de sistemas globais no total de R\$ 713 (R\$ 477 em 31 de dezembro de 2023), bem como valores a pagar por serviços de consultoria de gestão feito por intercompany no valor de R\$ 2.469 (R\$ 1.881 em 31 de dezembro de 2023), cuja despesa foi informada na Nota 16. **18 Estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital:** A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é compatível com a natureza das operações da Western Asset, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da sua exposição a tais riscos. A Western Asset mantém estrutura, políticas e procedimentos internos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos (crédito, mercado, operacional, liquidez, socioambiental) e gerenciamento de capital. Embora a exposição ao risco de crédito seja limitada, a Western Asset administra sua saúde financeira e mantém uma política conservadora para investimento de seu capital de giro e gerencia sua exposição a ativos de baixa liquidez, que possam comprometer sua capacidade de fazer frente aos seus compromissos financeiros. A Western Asset conta com uma equipe de analistas para avaliar a capacidade de pagamento de cada contraparte, que é a mesma equipe responsável pela análise de crédito dos ativos que integram a carteira dos clientes. Para o gerenciamento de risco de mercado, a Western Asset conta com diversas técnicas de avaliação de riscos. Procedimentos de monitoramento, documentação e escalção são utilizados para garantir que a administração da Instituição esteja ciente do risco de mercado e possa determinar um

plano de ação eficaz, caso a exposição a mercado alcance níveis superiores às metas de risco ora estabelecidas. No processo de gerenciamento de risco operacional, os respectivos departamentos são envolvidos na avaliação do ambiente de controle, juntamente com os mecanismos de monitoramento, documentação e reportes existentes, gerando métricas que são monitoradas e revisadas pela administração periodicamente. Se forem identificadas quaisquer deficiências materiais, medidas de remediação são revisadas ou instituídas. A Western Asset também mantém estrutura de controle de risco de liquidez, e possui procedimentos de identificação de eventos de stress que possam impactar sua liquidez. A aplicação de cenários de stress potenciais ao sistema de monitoramento, a elaboração de relatórios periódicos e a linha de reporte dos resultados da Western Asset fornecem uma estrutura para assegurar que a administração da Instituição e seus Diretores tenham informações para compreender e administrar, integralmente, o perfil de risco de Liquidez da Instituição. A exposição da Instituição ao risco socioambiental é bastante limitada, considerando o escopo de suas atividades. A Western Asset mantém procedimentos de monitoramento e escalção, que são utilizados para garantir que a Administração esteja permanentemente ciente do surgimento de eventual risco socioambiental e, nesse caso, possa determinar um plano de ação eficaz. Com relação ao gerenciamento de capital, o departamento Financeiro e Contábil é responsável pelo gerenciamento do capital da Western Asset. Este departamento é conduzido pelo Gerente Financeiro, que reporta-se ao Diretor Executivo, o qual é responsável junto ao BACEN pelo gerenciamento de capital. Todas as políticas e procedimentos que regem os relatórios de capital elaborados pelo Departamento Financeiro e Contábil são aprovados com a participação do diretor financeiro global e do Controller Internacional da Western Asset, ambos localizados em Pasadena, Califórnia - USA. Os relatórios e políticas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital estão disponibilizados, em sua íntegra, no site www.westernasset.com.br, em Informação Importante/ Informações Institucionais. **19 Outras informações:** A Western Asset administra e faz a gestão de fundos de investimento e carteiras administradas, sendo assim divididos:

Tipo	Volumes geridos (Não auditado)
Fundos de investimento financeiro	14.385.230
Fundos de investimento em quotas	3.601.384
Carteiras administradas	21.657.471
	<u>39.644.085</u>

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas: **Western Asset Management Company Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Limitada - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Western Asset Management Company Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Limitada ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

20 Outros assuntos: (a) Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352: A Resolução CMN nº 4.966/2021, publicada em 25 de novembro de 2021 e resolução BCB nº 352 publicada em 27 de novembro de 2023, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A norma busca a convergência ao padrão internacional previsto no IFRS 9, e a adoção será prospectiva em 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de hedge, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027. Após análise dos processos e sistemas e revisão do plano de Negócios, a Western Asset não identificou impactos na implementação das referidas Resoluções, tanto no seu resultado, como em sua posição financeira. Dois critérios foram considerados pela Instituição para classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: 1. Modelo de negócios: determinado em um nível que reflete como os instrumentos financeiros são gerenciados para atingir um objetivo específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo da intenção da administração em relação a um instrumento individual; 2. Características do fluxo de caixa contratual: são testados individualmente para validar se atendem ao critério de retorno de principal e juros. Após esta análise, os instrumentos financeiros foram classificados e mensurados como Valor Justo por meio do Resultado (VJR). **(b) Unidade de ações restritas (RSUs):** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs), condicionadas à performance da Instituição, entre outros. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do período com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao patrimônio líquido, conforme CPC10 - Pagamento Baseado em Ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra no momento da outorga, um passivo em contrapartida a conta de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Os efeitos decorrentes da variação cambial desse passivo, convertido pela taxa de câmbio da data-base, são registrados em contrapartida ao resultado do período. O acordo de repagamento prevê que sua liquidação será efetuada pelo valor justo definido na data da concessão do benefício. Em junho de 2023 houve a reversão de provisão conforme apresentado na Nota 16.

CONTADORA: Karinne Cecchi Cardoso - CRC 1SP217143/O-8

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2025

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador
CRC 1SP172940/O-6

